

direito \ esquerda

Boletim Mensal do Subsector dos Advogados e Juristas da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

Como prometido no nosso número de Janeiro, o presente Direito à Esquerda apresenta uma primeira reflexão sobre as eleições para os órgãos da Ordem dos Advogados que terão lugar mais para o final do ano.

É certo que faltam ainda alguns meses até os advogados serem chamados às urnas, mas as movimentações que neste xadrez eleitoral vêm já tendo lugar obrigam a procurar uma resposta para a seguinte pergunta: *para que serve um Bastonário?*

Uma pergunta aparentemente simples, mas cuja resposta se pode tornar mais complexa quando, em lugar de olhar a cargos e reconhecimentos pessoais, se abordam ideias, programas e propostas de políticas para a Justiça e para os seus profissionais, maxime os advogados.

Naturalmente, o Direito à Esquerda não podia ainda deixar de incluir uma nota sobre os resultados das eleições legislativas do dia 30 do mês transacto.

PARA QUE SERVE UM BASTONÁRIO?

Um Bastonário da Ordem dos Advogados (OA), naturalmente. Pelo que importa recordar algumas das atribuições desta instituição, a quem cumpre defender o Estado de Direito e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, colaborar na administração da justiça e assegurar o acesso ao direito. Cabe ainda à OA zelar pela função social, dignidade e prestígio da advocacia e reforçar a solidariedade entre os advogados.

Ao Bastonário, para além de atribuições administrativas que resultam da sua qualidade de presidente da OA, compete zelar pela realização das atribuições da instituição. Incluindo as que acima destacamos.

Desta feita, procurando dar resposta à pergunta que serve de mote ao presente texto, impõe-se reflectir sobre aquele que tem sido o papel do actual Bastonário – e, em consequência, o papel da Ordem dos Advogados –, e em que medida a sua actuação tem ficado aquém do que lhe é exigido pelas circunstâncias.

Ao longo dos últimos dois anos, particularmente desde o período marcado pela pandemia da Covid-19, os advogados sentiram na pele o abandono da sua Ordem e da sua Caixa de Previdência, com a conivência daquela, ficando à margem da grande maioria dos cidadãos portugueses que, perante a quebra de rendimentos provocada por sucessivos estados de emergência, tiveram apoio do Estado.

Sentiram na pele o desprezo e descaso, ao serem sugerido pela própria Ordem dos Advogados que suspendessem a actividade profissional para não terem de pagar as quotas mensais, como se, por aquela entidade, nada fosse possível fazer para apoiar os seus profissionais numa situação excepcional, cabendo a estes deixar de trabalhar para ter menos despesas.

Os advogados viram, ainda, comprometida a idoneidade, o prestígio e o património histórico da advocacia ao ver a Ordem representada num Congresso do partido Chega, partido que tripudia e não reconhece os princípios constitucionais basilares

da nossa democracia. Uma presença em tal iniciativa não deixa de constituir uma afronta ostensiva ao património que a advocacia granjeou e uma ofensa à reputação da advocacia que em tempos idos assegurou defesas impossíveis nos tribunais plenários da ditadura.

Os advogados ficaram estupefactos com a actuação míope e desfocada do Bastonário em matéria de defesa dos direitos humanos, ao prontamente apoiar os proprietários do ZMAR contra trabalhadores imigrantes desprotegidos.

Viram os advogados, em Setembro de 2021, a OA aprovar uma proposta de alteração ao respectivo Estatuto, nos termos da qual a inscrição no estágio ficaria dependente da obtenção do grau de mestre pelos licenciados pós-Bolonha, confi-

gurando apenas mais um dos muitos obstáculos que têm sido colocados aos licenciados em Direito para acederem à profissão de advogado.

Isto posto, encarando a advocacia como um verdadeiro farol dos direitos de todos, cuja responsabilidade recai sobre os seus profissionais e sobre a sua Ordem, urge reposicionar a Ordem dos Advogados no centro nevrálgico da efectivação da justiça e nas grandes decisões que importam à justiça, com valorização e defesa dos actos próprios dos advogados e ampliação do seu espaço de intervenção obrigatória, com vista à promoção e defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias fundamentais, face à sociedade, aos órgãos do poder e mesmo no seio dos próprios advogados. Para tal deve servir um Bastonário!

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS RDI
BANQUEIROS AGRADADOS COM MAIORIA ABSOLUTA
Presidentes de BPI e Santander apontam vantagens

A realização das eleições do passado dia 30 e o quadro político institucional que resulta das mesmas não podem servir para minorizar os problemas com que os portugueses se defrontam.

Se é justo afirmar que a CDU, o PCP e o PEV tiveram uma intervenção constante que impediu retrocessos e concretizou avanços que se reflectiram positivamente na vida de milhões de pessoas, não pode ser esquecido que a evolução da situação do País impunha que se procurassem novas soluções para os problemas nacionais.

Como o PCP afirmou, o que o País precisava – e precisa – era de soluções, não de eleições.

O quadro político e a relação de forças resultantes das eleições são marcados pela maioria absoluta obtida pelo PS. Independentemente de ulteriores aprofundamentos, os resultados das eleições legislativas são inseparáveis de um conjunto de factores que os moldaram, nomeadamente a operação le-

da a cabo a partir da dissolução da Assembleia da República para favorecer a construção de um bloco central, estimulando uma dinâmica de bipolarização, acentuada pelas sondagens e por outros meios.

O resultado obtido pela CDU – 4,4% dos votos e 6 deputados – traduz uma quebra eleitoral com uma significativa perda de deputados, incluindo a representação parlamentar do PEV. Um resultado que, ficando aquém do determinante contributo que deu para os avanços conseguidos nos últimos anos, representa um elemento negativo na vida nacional.

Neste contexto, o PCP reafirma o seu compromisso de intervir para dar solução aos problemas do País. Cada voto e cada deputado eleito pela CDU contarão para esse caminho! Os portugueses podem contar com o PCP e a sua intervenção decisiva na defesa e afirmação dos seus direitos! Hoje, como sempre, é no PCP que se encontrará essa força para os combates em prol de um país mais justo!